

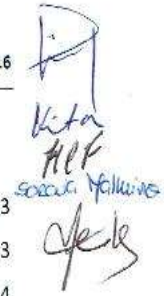

Vitor
MEF
Socia. Matheria
fe 25

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO

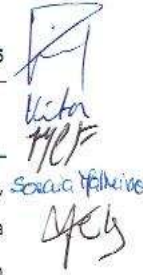
**Anexo
Demonstrações Financeiras
2016**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis	10
7	Custos de Empréstimos Obtidos	10
8	Inventários	11
9	Rédito	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
11	Benefícios dos empregados	12
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
13	Outras Informações	13
13.1	Investimentos Financeiros	13
13.2	Créditos a receber	13
13.3	Outros ativos correntes	13
13.4	Diferimentos	14
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
13.6	Fundos Patrimoniais	14
13.7	Fornecedores	14
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
13.9	Outros passivos correntes	15
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
13.11	Fornecimentos e serviços externos	15
13.12	Outros rendimentos	15
13.13	Outros gastos	16
13.14	Resultados Financeiros	16
13.15	Acontecimentos após data de Balanço	16



 Vitor
 ACP
 Social Vilariño
 [Signature]



Handwritten signature and initials, possibly 'Victor HOF' and 'Sociedade Filarmónica'.

1 Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada com a inscrição nº 25/2002 a fls.77 verso e 78 do livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social em 12/04/2002, com a sua sede na Rua do Mosteiro, nº 256, Vilarinho – Santo Tirso.

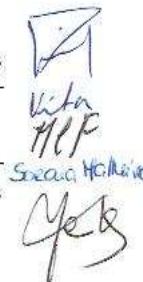
Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã;
- Aperfeiçoamento cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos;
- Espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- Proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).



Handwritten signature and stamp in the top right corner. The stamp is a square box with a checkmark inside. Below it, the text "Vista HCP" is written, followed by "Sociedade HCP" and a large signature.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

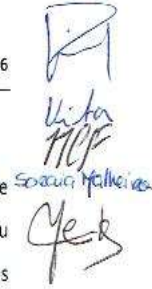
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



Handwritten signature and stamp. The stamp includes the text "Vila FICP" and "Associação Malheiras".

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Vida útil
MCP
Sociedade Paroquial de
Clérigo

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3



Handwritten signature and stamp. The stamp includes the text "Vilarinho FCT" and "Associação Vilarinho".

3.2.3 Investimentos financeiros

A Entidade tem uma participação na Cooperativa Elétrica de Vilarinho.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

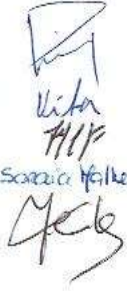
Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.


Saraia Malheiro
Meb

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.


Victor
AFP
Sociedade Filhos
Mey

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

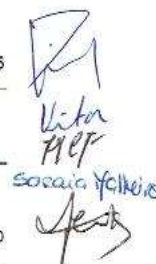
Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



Vitor
 PEP
 Soraia Felício
 JPB

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e 2016, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Equipamento Básico	39.153,27	719,17			39.872,44
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	1.787,80				1.787,80
Ativo Tangível Bruto	141.972,41	719,17	0,00	0,00	142.691,58
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	36.013,23	836,99			36.850,22
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	1.787,80				1.787,80
Depreciações Acumuladas	138.832,37	836,99			139.669,36
Ativo Tangível Líquido	3.140,04	-117,82	0,00	0,00	3.022,22

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

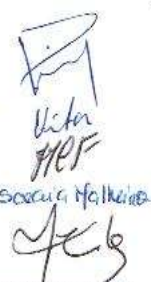
A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e 2016, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Programas de computador	630,00				630,00
Ativo Intangível Bruto	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	630,00				630,00
Depreciações Acumuladas	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	1.835,98	0,00	1.835,98
Total	0,00	0,00	0,00	1.835,98	0,00	1.835,98



 Victor

 HEP

 Sociação Paroquial

 J.F.V.

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.293,80	12.829,96	7.715,54	91,24	14.009,96	8.364,88	89,20
Total	1.293,80	12.829,96	7.715,54	91,24	14.009,96	8.364,88	89,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				21.748,06			22.376,88

9 Rébito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços	94.667,20	84.695,30
Quotas de utilizadores	94.667,20	84.695,30
Outros Rébitos	2.032,00	457,34
Juros e rendimentos aplicações financeiras	2.032,00	457,34
Total	96.699,20	85.152,64

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2016			31-12-2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	51.958,56	0,00	0,00	51.185,52
C M Santo Tirso	Não reembolsável	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	180,00
J F Vilarinho	Não reembolsável	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	165,50
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.873,48
TOTAL		0,00	0,00	52.088,56	0,00	0,00	61.404,50


 Soraia Malheiro

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram de "8". De um período para outro verificou-se a nomeação de novos Órgãos para o quadriénio 2016-2019, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Pe. Felisberto Domingos Alves Capela;

Vice-Presidente – Victor Diogo da Cunha Ribeiro;

Secretário – Soraia Luciana da Costa Malheiro;

Tesoureiro – Idalino Martinho da Costa Ferreira;

Vogal – Manuel Fernando Carneiro da Cunha.

Conselho Fiscal

Presidente – Amaro Machado Pontes;

Vogal – Henrique Fernando Teixeira dos Santos;

Vogal – Pedro Jorge Teles de Sousa.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2016 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Motorista	500

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "9" e em 31/12/2016 foi de "10".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	83.550,43	72.624,77
Indemnizações	71,63	0,00
Encargos sobre as Remunerações	18.392,97	15.691,98
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.123,91	940,08
Outros Gastos com o Pessoal	241,50	325,35
IEFP – Estágios/CEI	29,10	10.676,37
Total	103.409,54	100.258,55

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

F1
Vitor
HLF
Sociedade Vilarinho
Mele

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Cooperativa Elétrica de Vilarinho	50,00	50,00
FCT – Fundo Compensação Trabalho	200,34	49,47
Total	250,34	99,47

13.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	9.496,40	4.185,00
Total	9.496,40	4.185,00

13.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	322,67	0,00
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP	3.978,05	10.713,42
Total	4.300,72	10.713,42

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	946,81	858,65
Total	946,81	858,65

*Lista
TFF
Sociedade Paroquial
Vilariño*

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	2,25	49,08
Depósitos à ordem	69.880,29	13.174,61
Depósitos a prazo	71.723,62	121.496,17
Total	141.606,16	134.719,86

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.750,00	0,00	0,00	2.750,00
Resultados transitados	57.421,72	3.504,55	0,00	60.926,27
Outras variações nos fundos patrimoniais	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Total	135.171,72	3.504,55	0,00	138.676,27

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	754,54	0,00
Total	754,54	0,00

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	678,70	646,58
Total	678,70	646,58
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	237,00	199,00
Segurança Social	2.084,88	1.874,44
Fundo Compensação Trabalho	14,36	5,27
Total	2.336,24	2.078,71

13.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	14.647,32	0,00	11.863,30
Total	0,00	14.647,32	0,00	11.863,30

*Lista
HCF
Sociedade Filial
Jeb*

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	52.088,56	61.404,50
Doações e heranças – Donativos	15.744,56	13.160,61
Total	67.833,12	74.565,11

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	62,00	81,59
Serviços especializados	11.112,37	6.869,46
Materiais	668,13	570,19
Energia e fluidos	10.944,66	11.554,48
Serviços diversos	11.243,51	11.424,33
Encargos com utentes	169,87	91,35
Total	34.200,54	30.591,40

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros rendimentos	398,54	311,73
Rendimentos em investimentos não financeiros	246,08	0,00
Outros	152,46	311,73
Juros e rendimentos similares	2.032,00	457,34
Juros obtidos	2.032,00	457,34
Total	2.430,54	769,07

Handwritten notes:
 Lista
 F10
 Serviços Nólis
 JCB

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	34,73	15,23
Outros Gastos	96,00	150,65
Total	130,73	165,88

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.032,00	457,34
Total	2.032,00	457,34
Resultados Financeiros	2.032,00	457,34

13.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vilarinho, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant

A Direção
